



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 138014 - RJ (2020/0309704-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : EDUARDO DA COSTA PAES
ADVOGADOS : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA - DF012500
RICARDO PIERI NUNES - DF058431
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CORRÉU : ARMANDO JOSE GUEDES QUEIROGA JUNIOR
CORRÉU : GLAUCO CESAR CAMPOS COSTA
CORRÉU : CLARA REGINA ROCHA DE AQUINO
CORRÉU : JOAO LUIZ REIS DA SILVA
CORRÉU : JOSE CARLOS PINTO DOS SANTOS
CORRÉU : CATIA CRISTINA DE OLIVEIRA CASTRO DOS SANTOS
CORRÉU : ALIS GALO MENDES
CORRÉU : WANDERSON FERNANDES DA SILVA
CORRÉU : JOSE ADELMARIO PINHEIRO FILHO
CORRÉU : REGINALDO ASSUNCAO SILVA
CORRÉU : GUSTAVO SOUZA
CORRÉU : ODON DAVID DE SOUZA FILHO
CORRÉU : NILTON MARCHETTI
CORRÉU : ERIC ALMEIDA LEAHY
CORRÉU : MARCOS OURIQUE MARQUES
CORRÉU : MARCELLO AGUIAR DA CRUZ
CORRÉU : MARCOS AURELIO XAVIER DA SILVA
CORRÉU : DANIELLE ADALUCIA DE SOUZA LIMA
CORRÉU : CLAUDIO CARDOSO ALBUQUERQUE
CORRÉU : SEVERINO NICACIO RODRIGUES
CORRÉU : SALVADOR RODRIGUES JUNIOR
CORRÉU : PAULO RAPHAEL SILVEIRA DE PAULA
CORRÉU : ELIANE SILVEIRA DE PAULA

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. FRAUDE À LICITAÇÃO (ART. 90 DA LEI N. 8.666/1993), FALSIDADE IDEOLÓGICA E CORRUPÇÃO PASSIVA. PRETENSÃO DE TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. TESE DE FALTA DE JUSTA CAUSA. IMPROCEDÊNCIA. ALEGADA AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. EXISTÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS INFORMATIVOS ALÉM DA COLABORAÇÃO PREMIADA. PRECEDENTE. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO PROBATÓRIO. PROVIDÊNCIA VEDADA NA VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. CONDUTA DEVIDAMENTE INDIVIDUALIZADA.

ELEMENTOS PROBATÓRIOS MÍNIMOS VERIFICADOS. PARECER PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO. ILEGALIDADE MANIFESTA NÃO EVIDENCIADA. PARECER ACOLHIDO.

Recurso em *habeas corpus* improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Eduardo da Costa Paes**, que responde à ação penal pela prática dos crimes de fraude à licitação (art. 90 da Lei n. 8.666/1993), falsidade ideológica e corrupção passiva, em razão da seguinte ação delituosa (fls. 47, 54/55 e 59/60):

A frustração do caráter competitivo do certame restou caracterizada (a) pela licitação, em bloco, de diversos equipamentos olímpicos,' destinados a onze modalidades esportivas, cujas obras eram perfeitamente divisíveis e, portanto, deveriam ter sido licitadas separadamente, bem como (b) pela constituição simulada do Consórcio Complexo Deodoro (CNPJ: 20.814.017/0001-90) — constituído pela Construtora Queiroz Galvão (CQG), e pela Construtora OAS S/A (0,45).

[...]

Tem-se, portanto, que partiu do denunciado MARCOS OURIQUES MARQUES a iniciativa de propor, aos seus superiores na CQG, o consorciamento mendaz entre esta e a OAS, no intuito de aproveitar o certificado de construção de arena multiuso que esta última possuía, em benefício da CQG, o que foi acatado por seus superiores.

Tanto assim que, na sequência dos fatos, a necessidade de consorciamento entre a CQG e a OAS foi levada ao conhecimento do denunciado EDUARDO DA COSTA PAES, que, na condição de então Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, convocou, para o dia 29/05/2014,' reunião com o então presidente da OAS, o réu-colaborador JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (Léo Pinheiro), no Palácio da Cidade,' para tratar do assunto. No decorrer da aludida reunião — onde também se fazia presente o denunciado REGINALDO ASSUNÇÃO DA SILVA, então Diretor Regional da OAS —, o denunciado EDUARDO DA COSTA PAES, valendo-se da condição de Chefe do Poder Executivo Municipal, solicitou, a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (Léo Pinheiro), vantagem indevida em favor da CQG, consistente na constituição de consórcio mendaz entre ambas, apenas para que a CQG pudesse utilizar-se fraudulentamente do atestado de capacidade técnica acima referido e, assim, sagrar-se vencedora da Concorrência Pública n° 002/2014-RioUrbe.

[...]

Ato contínuo, após serem cientificados de que o réu-colaborador JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (Léo Pinheiro) havia acedido à solicitação de vantagem indevida formulada pelo denunciado EDUARDO DA COSTA PAES, em favor da CQG, a alta administração das empreiteiras CQG e OAS — representadas pelos diretores ERIC ALMEIDA LEAHY (OAS), GUSTAVO SOUZA (CQG), e NILTON MARCHETTI (CQG) —, cientes de que o consórcio não passava de mera simulação e de que, portanto, as informações contidas no Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio eram ideologicamente falsas, firmaram, naquele mesmo dia 29/05/2014, o aludido documento. Note-se que as respectivas firmas foram reconhecidas no dia seguinte (30/05/2014), conforme se vê às fls 1.127/1.135, Vol. 04, do Procedimento Licitatório n° 06/500.156/2014-RioUrbe, mesma data da entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos necessários à habilitação e as propostas de preços (v. fls. 1.039 e 2.952 do Procedimento Licitatório n° 06/500.156/2014-RioUrbe), tudo a demonstrar que o aludido consórcio foi constituído às pressas, sem qualquer planejamento prévio, apenas para que as obras fossem, de fato, entregues à CQG, conforme previamente ajustado.

Da mesma forma, dando sequência aos ajustes e combinações lideradas pelo então Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, o denunciado EDUARDO DA COSTA PAES, no intuito de ver a CQG declarada vencedora da Concorrência Pública nº 002/2014-RioUrbe, a alta administração das empreiteiras CQG e OAS — desta feita representada pelos diretores REGINALDO ASSUNÇÃO SILVA (OAS), ODON DAVID DE SOUZA (CQG) e NILTON MARCHETTI (CQG) —, cientes de que o consórcio não passava de mera simulação e que, portanto, as informações contidas no Termo de Constituição de Consórcio eram ideologicamente falsas, firmaram, no dia 13/06/2014, o aludido documento, conforme se vê às fls. 80/90, do Processo nº 0501808-52.2016.4.02.5101: [...]

Impende destacar, por fim, que o depoimento do réu-colaborador JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (Léo Pinheiro), acima transcrito, deixa claro que o denunciado EDUARDO DA COSTA PAES, então Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, já havia planejado previamente a destinação das obras do Complexo Esportivo Deodoro à CQG, o que leva à inequívoca conclusão de que todos os atos de restrição ao caráter competitivo do certame licitatório foram deliberadamente praticados no intuito de levar a bom termo o planejamento espúrio do então Chefe do Poder Executivo Municipal, que era o de direcionar o resultado da Concorrência Pública nº 002/2014-RioUrbe em favor da CQG.

Assim agindo, os denunciados EDUARDO DA COSTA PAES (Ex-Prefeito), ARMANDO JOSÉ GUEDES QUEIROGA JÚNIOR (Rio Urbe), GLAUCO CÉSAR CAMPOS COSTA (Rio Urbe), CLARA REGINA ROCHA DE AQUINO (Rio Urbe), JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (OAS), REGINALDO ASSUNÇÃO SILVA (OAS), ERIC ALMEIDA LEAHY (OAS), NILTON MARCHETTI (CQG), ODON DAVID DE SOUZA (CQG), GUSTAVO SOUZA (CQG) e MARCOS OURIQUE MARQUES (CQG) incorreram, em comunhão de ações e desígnios, na conduta descrita no art. 90, da Lei nº 8.666/93.

Incorreram, ainda, em comunhão de ações e desígnios, na conduta descrita no art. 299, do CP, os denunciados EDUARDO DA COSTA PAES (ex-Prefeito) e JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (OAS), ambos por três vezes; 18 GUSTAVO SOUZA (CQG) e NILTON MARCHETTI (CQG), ambos por duas vezes; 19 além de ARMANDO JOSÉ GUEDES QUEIROGA JÚNIOR (Rio Urbe); GLAUCO CÉSAR CAMPOS COSTA (Rio Urbe); ERIC ALMEIDA LEAHY (OAS), ODON DAVID DE SOUZA (CQG), REGINALDO ASSUNÇÃO SILVA (OAS) e MARCOS OURIQUE MARQUES (CQG) Aos que agiram na condição de servidores públicos, há de ser aplicada a causa de aumento de pena prevista no art. 299, p.u., do CP.

Por fim, o denunciado EDUARDO DA COSTA PAES (ex-Prefeito) incorreu ainda na conduta descrita no art. 317, do CP.

Ataca-se o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região no HC n. 5005882-59.2020.4.02.0000 (fls. 458/465, 469, 498 e 501/532), que manteve tramitação da Ação Penal n. 5013321-47.2020.4.02.5101 (fls. 137/145), da 3ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a seguir ementado:

PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. COMPLEXO ESPORTIVO DEODORO - ÁREA NORTE. CONSÓRCIO COMPLEXO DEODORO. FRAUDE À LICITAÇÃO. FALSIDADE IDEOLÓGICA. CORRUPÇÃO PASSIVA. RECEBIMENTO DE DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA E VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. COLABORAÇÃO PREMIADA. JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE DE TRANCAMENTO. ORDEM DENEGADA.

I - *Habeas corpus* objetivando o trancamento da ação penal na qual é imputada a prática dos crimes de frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório (art. 90, da Lei nº 8.666/93), falsidade ideológica e corrupção passiva (arts. 299 e 317, ambos do CP), fazendo alusão a fatos que remontam o ano de 2014, época em que o paciente ocupava o cargo de Prefeito do Município do Rio de Janeiro/RJ, envolvendo os atos preparatórios para a construção do Complexo Esportivo Deodoro – Área Norte, com recursos públicos

federais advindos do extinto Ministério do Esporte.

II - O trancamento da ação penal só deve ser admitido em hipóteses excepcionais, quando restar demonstrada, inequivocamente, a atipicidade do fato narrado na peça inicial ou a manifesta ausência de justa causa. A prudência exigida do julgador antes deve estar pautada pelo princípio *in dubio pro societate*, especialmente quando sequer se aventar haver constrangimento ilegal à liberdade de locomoção do acusado.

III - A admissibilidade da denúncia pressupõe a análise dos seus aspectos formais previstos no art. 41 do CPP, de modo que possam ser extraídos de sua narrativa o agente, sua qualificação, conduta, forma como praticou o crime, a vítima, local, data, motivo, finalidade, tipificação e outras circunstâncias tidas como relevantes, sob pena de vir a incorrer em inépcia (art. 395, I). Já, os pressupostos processuais de existência e requisitos de validade, além das condições para o conhecimento e julgamento da pretensão punitiva estatal (art. 395, II), reportam-se às próprias teorias do processo e da ação. Segue-se a justa causa, erigida pela Lei nº 11.719/08 como uma condição da ação, que se traduz no lastro mínimo de elementos de prova a demonstrar a viabilidade da pretensão punitiva, seja vista como demonstração do interesse de agir da acusação ou como corolário da ampla defesa. superadas as hipóteses previstas no art. 395 do CPP, o juiz recebe a denúncia e, após a apresentação de resposta pelo acusado, passa a analisar se seria o caso de absolvê-lo sumariamente, de acordo com o que prevê o art. 397 do CPP.

IV - O sistema processual pátrio, adotando o sistema do livre convencimento do juiz, fundado sobretudo na verdade real, como evolução do processo individualista romano para o sistema acusatório público com a jurisdicionalização do *ius puniendi*, autoriza que o julgador, partindo de raciocínio lógico, “pesquise os fatos que servem de base aos indícios, e depois todos aqueles, cuja existência verificada permite determinar o valor dos primeiros” (C.J.A. Mittermaier, Tratado da Prova em Matéria Criminal, original de 1834, traduzido para o português por Herbert Wüntzel Heinrich).

V - O convencimento decorrente da apreciação da prova indiciária “não se confunde com presunção, ou seja, efeito de que uma circunstância ou antecedente produz, no julgador, a respeito de existência de um fato” (STJ – 6ª Turma – HC nº 1999.00.47480-5/SP – Rel. Min. LUIZ VICENTE CERNICCHIARO – unânime – DJ de 16/08/1999, p. 115).

VI - A decisão impetrada não representa constrangimento ilegal ao paciente, à medida que não incorre em teratologia, descompasso com a CRFB/1988, ilegalidade ou abuso de poder, ou confronto a precedente ou entendimento pacificado pelos membros desta Corte ou Tribunais Superiores sobre a matéria em questão.

VII - Rechaçada a alegação de inépcia, pois a denúncia atende satisfatoriamente aos aspectos formais exigidos pelo art. 41, do CPP, contendo descrição individualizada da conduta do paciente e destacando as circunstâncias mais relevantes que são intrinsecamente relacionadas aos fatos tidos como criminosos e que, por este mesmo motivo, interessam à apreciação. A peça inicial encontra-se devidamente demarcada, garantindo ao acusado a defesa das imputações contidas nos fatos descritos em observância ao princípio da acusação explícita, que deflui da lei maior, como uma das garantias do devido processo legal, atendendo à necessidade de se permitir, desde logo, o exercício da ampla defesa, pois conhecendo com precisão todos os limites da imputação, poderá o acusado a ela se contrapor eficazmente e mais possível, como já se constata neste feito.

VIII - Não há previsão legal de contraditório prévio ao recebimento da denúncia no art. 396 do CPP. Ainda que a defesa tenha atravessado petição antes do exercício do juízo de admissibilidade da denúncia, num esforço de influenciar a decisão do magistrado, o que não se afigura ilícito, não se pode extrair nulidade da decisão de recebimento de denúncia, porque não analisou as teses defensivas aventadas. Embora a iniciativa da defesa não tenha chegado a gerar tumulto processual, insere-se no campo de decisão do juiz, a quem compete a presidência do processo, deliberar sobre se é adequado ou não determinar o desentranhamento da petição, não dando causa a cerceamento de defesa, nem violação do devido processo legal.

IX - Há justa causa para a ação penal, se a documentação que acompanhou a denúncia comporta provas de materialidade dos crimes previstos no art. 90 da Lei nº 8.666/93 e arts. 299 e 317, ambos do Código Penal, e indícios da autoria do paciente, não havendo que se falar que a denúncia em face do paciente baseia-se, exclusivamente, em depoimento isolado fruto de colaboração premiada.

X - As participações das consorciadas CQG e OAS, na proporção de 99% e 01%, respectivamente, que, no mínimo desafiam a experiência e o bom senso de qualquer administrador público, constitui indício relevante concernente à fraude no processo licitatório em favor da primeira empresa, considerando que apenas a OAS detinha a capacidade técnica e certificação exigida para a construção de arenas-multiuso, muito embora, aparentemente, não tenha participado da construção de nenhuma delas.

XI - Não há que se desqualificar antecipadamente a credibilidade do depoimento do réu-colaborador, seja por sua relevância, considerando a importância que a OAS representou para o resultado da concorrência pública nº 002/2014, adjudicação e assinatura do respectivo contrato de obras e serviços com a RIOURBE, seja porque há os outros indícios que dão suporte aos fatos imputados pelo delator ao paciente.

XII - Diante da narrativa da denúncia, da peculiar constituição do CONSÓRCIO COMPLEXO DEODORO, da adjudicação daquele objeto licitatório, avaliado em mais de 640 milhões de reais, tão urgente e de tamanha repercussão, porque visava à realização nada menos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, e da assinatura do respectivo contrato de obras e serviços com o Município do Rio de Janeiro, estando todos os fatos, em tese, correlacionados com a atividade do acusado àquela época, infere-se que a apreciação da tese que advoga o desconhecimento do paciente daqueles termos firmados entre as consorciadas CQG e OAS deve ser relegada para a instrução criminal. A dúvida que hoje recai sobre o dolo do paciente na participação da fraude não autoriza obstar o prosseguimento da ação penal, devendo, portanto, ser resolvida com base no princípio *in dubio pro societate*, pois é razoável cogitar que o paciente tinha conhecimento prévio da formação do CONSÓRCIO COMPLEXO DEODORO, considerando a urgência das obras exigidas pelo Comitê Olímpico Internacional e o seu prazo exíguo.

XIII - As deficiências no inquérito não macularam a investigação e tampouco afastam a justa causa para a ação penal, deduzida do conjunto de elementos indiciários de autoria e da existência de crimes que embasaram a denúncia em face do paciente cuja compatibilidade, harmonia e convergência com o depoimento do réu-colaborador deve ser submetida ao contraditório no curso de regular instrução criminal, não havendo que se falar em afronta ao art. 4º, § 16, II, da Lei nº 12.850/2013 e, conseqüentemente, de constrangimento ilegal causado ao paciente decorrente do prosseguimento da ação penal originária.

XIV - A afirmação da defesa, no sentido de que o MPF teria "estranhamente arquitetado" acusação em face do paciente "justamente no início de ano eleitoral", merece a reprovação veemente deste Tribunal, pois há limites legais e éticos que não devem ser abandonados, ainda que no exercício da ampla defesa constitucional.

XV - Não havendo elementos suficientes para ora se atestar, com a certeza exigida para medida tão drástica e excepcional, o trancamento pleiteado da ação penal, impõe-se dar prosseguimento à instrução criminal para melhor apuração dos fatos.

XVI - Ordem de *habeas corpus* denegada.

Sustenta o recurso, em síntese, ausência de justa causa para a ação penal, em razão de *recebimento de denúncia que se baseia exclusivamente em depoimento isolado de colaborador premiado* (fl. 548).

Requer-se, então, o conhecimento e o provimento do recurso para que seja

trancada a ação penal movida contra o ora recorrente (fl. 572).

Sem pedido liminar.

Novamente nos autos (Petição n. 178.607/2021 – fls. 587/591), o recorrente reiterou o *pleito pelo provimento ao presente Recurso Ordinário, a fim de que seja ordenado o trancamento da ação penal no que lhe diz respeito* (fl. 591).

Em seu parecer, o Ministério Público Federal opinou *pelo não provimento do recurso ordinário* (fls. 719/732):

Direito Penal e Processual Penal. Fraude à licitação. Recurso Ordinário apresentado contra a Decisão que negou o trancamento da Ação Penal em curso em desfavor do Recorrente. Alegação de inépcia da inicial. Adução de afronta ao artigo 4º, § 16, inciso II, da Lei nº 12.850/13. Decisão que se baseou em fatos concretos para indeferir o pleito. Portanto, remanesce fundamento suficiente para o não provimento do Recurso Ordinário.

Parecer pelo não provimento do Recurso Ordinário.

É o relatório.

Busca o recurso o trancamento da Ação Penal n. 5013321-47.2020.4.02.5101 – em tramitação na 3ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em que se apura a prática, em tese, dos crimes de fraude à licitação (art. 90 da Lei n. 8.666/1993), falsidade ideológica e corrupção passiva –, ao argumento de ausência de justa causa por ser baseada *exclusivamente na palavra de um colaborador premiado, desrespeitando o disposto no art. 4º, § 16, inciso II, da Lei n. 12.850 de 2013; bem como tendo em vista que não houve descrição na exordial da suposta vantagem indevida que teria sido por ele alegadamente pleiteada, a ensejar atipicidade da conduta narrada e a flagrante inépcia da exordial* (fl. 572).

Inicialmente, sobre a alegação recursal de denúncia baseada exclusivamente em acordo de colaboração premiada, tem-se que a Corte estadual indeferiu a pretensão, nos seguintes termos (fls. 515/517 - grifo nosso):

No que toca à justa causa, a documentação que acompanhou a denúncia comporta provas de materialidade dos crimes previstos no art. 90 da Lei nº 8.666/93 e arts. 299 e 317, ambos do Código Penal, e indícios da autoria do paciente. São eles:

i) **o depoimento do engenheiro civil e então Presidente da OAS/SA JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (LÉO PINHEIRO), objeto de acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal**, nos autos da Petição 8.365/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin (v. processo nº 5078871-23.2019.4.02.5101/RJ), em que o réu-colaborador aduz, categoricamente, que o paciente lhe houvera

pedido para que compusesse, com percentual mínimo, o consórcio responsável pelas obras do Complexo Olímpico de Deodoro, apenas para garantir a exigência de atestação técnica, e lhe dito que "a obra já estava destinada à QUEIROZ GALVÃO, mas que a empresa não possuía atestação para determinados itens";

ii) **arquivo em pdf, enviado por e-mail em 27/2/2020 e juntado aos autos em 28/2/2020 (fls. 332/342), contendo espelho de mensagens de Whatsapp, que teriam sido trocadas entre o réu-colaborador LÉO PINHEIRO e Antônio Carlos Mata Pires em 29/5/2014, logo após o encontro havido entre aquele e Eduardo Paes, conforme destacado pela Relatora;**

iii) **registro de dois encontros com o então Prefeito EDUARDO PAES, na agenda eletrônica do réu-colaborador, um em 27/04/2014 e outro em 29/05/2014, quando LÉO PINHEIRO teria trocado aquelas mensagens com o Vice-Presidente da OAS/SA César Mata Pires Filho (já falecido);**

iv) **a constituição do CONSÓRCIO COMPLEXO DEODORO, integrado pela CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO (CQG) e pela CONSTRUTORA OAS S/A (OAS), tão somente para fim de apresentação de proposta de preços para a concorrência pública nº 002/2014, adjudicação e assinatura do respectivo contrato de obras e serviços com a RIOURBE referentes à construção do complexo esportivo (área norte) das diversas instalações, com vistas à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com operação desmontagem e posterior adaptação para o legado da Cidade do Rio de Janeiro, eventos aqueles que, de fato, ocorreram;**

iv) **as participações daquelas consorciadas, na proporção de 99% e 01%, respectivamente, que, no mínimo desafiam a experiência e o bom senso de qualquer administrador público, o que constitui um indício relevante concernente à fraude no processo licitatório em favor da CQG, considerando que apenas a OAS detinha a capacidade técnica e certificação exigida para a construção de arenas-multiuso, muito embora, aparentemente, não tenha participado da construção de nenhuma delas; e**

v) **o depoimento do corréu REGINALDO ASSUNÇÃO SILVA, então Diretor Regional da OAS, declarando que a empreiteira não participou efetivamente das obras do Complexo Esportivo Deodoro (Área Norte), não tendo fornecido "mão-de-obra, equipamentos ou veículos, não tendo firmado contrato com fornecedores ou com prestadores de serviços" (fls. 720/721 do inquérito policial nº 006/2016-SIP/SR/DPF/RJ);**

vi) **o depoimento do corréu MARCOS OURIQUE MARQUES, então Superintendente Comercial da CQG, corroborando a informação de que a OAS não participou das obras (fls. 284/286 do inquérito policial nº 006/2016-SIP/SR/DPF/RJ); e**

vii) **o relatório de fiscalização da CGU nº 201503914, que, visando identificar impropriedades e/ou irregularidades nas etapas de execução das obras do Complexo Esportivo Deodoro- Área Norte, atestou que as obras poderiam ter sido divididas em, pelo menos, quatro lotes; que a concorrência nº 02/2014 teve somente uma única proposta comercial apresentada pelo CONSÓRCIO COMPLEXO DEODORO; e que a OAS, a única que detinha a qualificação técnica para a construção de arena multiuso, jamais executou ou acompanhou qualquer serviço/obra de engenharia daquela área.**

Portanto, não é verdade que a denúncia em face do paciente baseia-se, exclusivamente, em depoimento isolado fruto de colaboração premiada.

Não se pode ignorar que, através da colaboração do então presidente da OAS, grandes esquemas de corrupção ligadas a empreiteiras nacionais foram ou estão sendo descortinadas no Brasil, Chile, Bolívia, Peru e México, contribuindo para que as autoridades desmantelem organizações criminosas, logrem recuperar bens e valores públicos desviados e responsabilizar, criminalmente, aqueles agentes públicos envolvidos, que, dificilmente, seriam alcançados pela Justiça.

É curioso que os próprios impetrantes fizeram acompanhar a inicial deste feito com cópia de um termo de colaboração, mas relacionado a outro processo (caso COMPERJ), como forma de defesa do paciente a corroborar a sua idoneidade (evento 1, anexo 13).

Não há que se desqualificar antecipadamente a credibilidade do depoimento do réu-colaborador LÉO PINHEIRO, seja por sua relevância, considerando a importância da OAS representou para o resultado da concorrência pública nº

002/2014, adjudicação e assinatura do respectivo contrato de obras e serviços com a RIOURBE, **seja porque há os outros indícios que dão suporte aos fatos imputados pelo delator a EDUARDO DA COSTA PAES.**

Sem razão o recurso, nesse ponto, pois, *ao contrário do alegado pela Defesa no sentido de que o recebimento da denúncia foi amparado exclusivamente nas declarações do colaborador premiado, consignou a Corte de origem que há nos autos "uma vasta prova documental" apta a justificar a persecução penal* (HC n. 500.306/PR, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 18/12/2020).

Ademais, ***não se mostra possível verificar, na via estreita do writ, alegação de que os documentos apresentados não têm nenhum valor probante, porquanto não se admite, na via mandamental, a revisão aprofundada de fatos e de provas*** (RHC n. 123.341/DF, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 18/6/2020 - grifo nosso).

Outrossim, quanto à alegação recursal de ausência de *descrição na exordial da suposta vantagem indevida que teria sido por ele alegadamente pleiteada* (fl. 572), tem-se que também não foi acatada pelo Tribunal local, nos seguintes termos (fl. 515):

Também compartilho do entendimento da Relatora ao rechaçar à alegação de inépcia, **pois a denúncia atende satisfatoriamente aos aspectos formais exigidos pelo art. 41, do CPP, contendo descrição individualizada da conduta do paciente e destacando as circunstâncias mais relevantes que são intrinsecamente relacionadas aos fatos tidos como criminosos e que, por este mesmo motivo, interessam à apreciação. A peça inicial encontra-se devidamente demarcada, garantindo ao acusado a defesa das imputações contidas nos fatos descritos em observância ao princípio da acusação explícita, que deflui da lei maior, como uma das garantias do devido processo legal, atendendo à necessidade de se permitir, desde logo, o exercício da ampla defesa, pois conhecendo com precisão todos os limites da imputação, poderá o acusado a ela se contrapor eficazmente e mais possível, como já se constata neste feito.**

Também é possível inferir do teor da peça acusatória a presença dos pressupostos processuais subjetivos e objetivos, além das condições da ação.

Ocorre que, no caso, o recorrente teve sua conduta, quanto ao delito de corrupção passiva, **individualizada na denúncia, na qual foi relatado que o denunciado EDUARDO DA COSTA PAES, valendo-se da condição de Chefe do Poder Executivo Municipal, solicitou, a JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (Léo Pinheiro), vantagem indevida em favor da CQG, consistente na constituição de consórcio mendaz entre ambas, apenas para que a CQG pudesse utilizar-se fraudulentamente do atestado de capacidade técnica acima referido e, assim, sagrar-se vencedora da Concorrência Pública n. 002/2014-RioUrbe** (fl. 54).

Então, sem razão o recurso, pois, nos termos do entendimento desta Corte, o recorrente *teve sua conduta devidamente individualizada na exordial acusatória, sabendo-se que, para o oferecimento desta, exige-se apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos probatórios mínimos que corroborem a acusação, uma vez que provas conclusivas da materialidade e da autoria do crime são necessárias tão somente à formação de um eventual juízo de condenação* (AgInt no RHC n. 106.239/SC, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 3/12/2019).

Ademais, em seu parecer, o Ministério Público Federal assentou que *inexiste dúvidas de existir lastro mínimo indiciário de materialidade e autoria a justificar o legítimo interesse na instauração da ação penal. Somente em evidente ausência de qualquer dúvida objetiva quanto aos fatos descritos na denúncia se justificaria a excepcionalidade do reconhecimento de incorrência de justa causa à demanda penal* (fl. 732).

Conclui-se, então, que o recurso não logrou evidenciar a alegada ilegalidade no acórdão hostilizado.

Em razão disso, acolhendo o parecer ministerial, **nego provimento** ao presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 12 de agosto de 2021.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator